

ANC 88
Pasta 03-05/85
123/1985

pediu ontem à presidência do Congresso a retirada da pauta do dia 12 de junho das duas propostas de convocação da Assembleia Nacional Constituinte — uma de sua autoria, outra do deputado Gastone Righi (PTB-SP). O objetivo, segundo Goldman, é proporcionar um debate mais amplo, quando o presidente José Sarney encaminhar sua própria emenda convocando as eleições dos constituintes para 15 de novembro de 86.

Presidindo a sessão, o 1º vice-presidente do Congresso, senador Passos Porto (PDS-SE) informou que o adiamento da discussão e votação das duas emendas será possível se houver acordo de lideranças. Mas como líder do PTB e autor da outra proposta, Gastone Righi repeliu a idéia, não aceitando também a tese de subordinar as duas emendas à do Executivo: "Por que a iniciativa do presidente poderia ter mais valor e maior importância que a iniciativa

parlamentar? Um poder não se sobrepõe ao outro nos regimes democráticos" — argumentou.

A noite, em encontro com o líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), Gastone Righi insistiu na tese de que o Executivo "não pode nem deve estimular o confronto com uma iniciativa parlamentar". Adiantou terem sido examinadas algumas hipóteses de acordo, lembrando até mesmo que "o PDS, o PDT e o PTB estão pensando" em apresentar substitutivos fixando eleição direta para presidente na mesma data prevista pela proposta presidencial de convocação da Constituinte: 15 de novembro de 1986.

Essa possibilidade, porém, não está nos planos da Aliança Democrática, cujo pensamento é deixar para a Constituinte fixar a data da eleição presidencial. Essa eleição, caso convocada para 15 de novembro de 86, segundo a Aliança, poderia criar graves problemas político-institucionais e, mesmo

CONSTITUINTE

**Uma proposta:
retirar as atuais
emendas (Goldman
e Righi) sobre a
Constituinte e
esperar, para um
debate amplo,
a Emenda Sarney.**



com a rejeição, poderia haver desgaste do governo.

Aliás, a idéia de convocar a eleição presidencial para o ano que vem foi novamente defendida pelo governador do Rio, Leonel Brizola, pois, para ele, se essa eleição não

for realizada juntamente com a da Constituinte, em 86, o Brasil terá uma nova Constituição conservadora, em que predominarão os interesses do grande capital.

Aliancistas

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, no entanto, não pensa assim e garante: "A Constituinte vai configurar uma nova realidade política no País". E advertiu que, por isso mesmo, seus membros terão de ser representativos e exprimir os anseios maiores da sociedade civil. Para Aureliano a convocação deve ser mesmo feita pelo Executivo.

O envio da emenda convocando a Constituinte, pelo Executivo, significa o cumprimento do segundo item do compromisso assumido pela Aliança Democrática (o primeiro seria o pacto político), no entender do ministro da Educação, Marco Maciel: Ele ressaltou que essa iniciativa não significa que o assunto não possa ser debatido amplamente no Congresso. E qualquer emen-

da que possa ser apresentada pelo Congresso será promulgada sem a aprovação do presidente, lembrou o ministro.

O ex-ministro da Justiça Armando Falcão, que jantou ontem com Sarney, defendeu a subordinação dos estudos da reforma constitucional diretamente ao presidente da República e a limitação do número de participantes, na fase preliminar, para que a comissão não se transforme em pré-Constituinte.

Senadores

Já a questão da participação dos senadores eleitos em 1982 na Constituinte (seus mandatos terminam apenas em 1990) deve ser levada aos eleitores, em consulta simultânea às próximas eleições gerais. O assunto, segundo informou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, foi debatido na última reunião do Conselho Político do governo, quando o presidente Sarney a considerou "uma boa fórmula", devendo incluí-la em sua proposta de emenda.

Tomar da Tarde

23 MAI 1985